

Os direitos humanos, a mercantilização da vida e a pandemia

- Human rights, the commodification of life and the pandemic

Castor M. M. Bartolomé Ruiz¹

Resumo: Os direitos humanos, enquanto discurso e prática, sempre estão em construção, desafiados pelos acontecimentos históricos de cada tempo. Nosso tempo vive sob o impacto de uma pandemia que tem provocado profundas mudanças no modo de vida e nas estratégias governamentais. Entre outras questões, a pandemia tem retirado a máscara dos principais argumentos do modelo neoliberal, particularmente em vários dos princípios que sustentavam sua filosofia do *homo economicus*. A redução da vida humana a mera variável econômica, substrato do neoliberalismo, mostrou na pandemia as reais consequências de uma tanatopolítica que prioriza a economia em detrimento da vida humana. A obstinada negação pregada pelo neoliberalismo do valor do público e da dimensão comunitária, tem mostrado sua intrínseca fragilidade durante a pandemia, pois só os países que mantiveram um sistema público de saúde consistente conseguiram enfrentar de modo coletivo e efetivo as graves sequelas da pandemia. Por último, a cultura do individualismo, tão insistentemente inoculada em nossas subjetividades pelo neoliberalismo, também ruiu perante a radical interdependência que a pandemia mostrou existir entre todos nossos atos individuais e suas consequências comunitárias. A pandemia evidenciou que todos somos responsáveis por todos e que meus atos individuais repercutem diretamente sobre os demais. Essa interdependência constitutiva do humano é o fio que mostra que os direitos individuais são o desdobramento das obrigações de nossa responsabilidade para com os outros.

1 Dr. Filosofia. Professor Titular do Programa de Pós-Graduação Filosofia – UNISINOS. Coordenador Cátedra Unesco-Unisinos de Direitos Humanos e violência, governo e governança. Coordenador Grupo de Pesquisa CNPq *Ética, biopolítica e alteridade*. Cuide de si para melhor cuidar dos outros. castorbartolome@terra.com.br

Palavras-chave: Direitos Humanos. Neoliberalismo. *Homo economicus*. Pandemia. Alteridade

Abstract: Human rights, as a discourse and practice, are always under construction, challenged by the historical events of each time. Our time lives under the impact of a pandemic that has removed the mask of the main arguments of the neoliberal model, particularly in several of the principles that supported its philosophy of *homo economicus*. The reduction of human life to a mere economic variable, a substrate of neoliberalism, showed in the pandemic the real consequences of a thanatopolitics that prioritizes the economy at the expense of human life. The obstinate denial preached by neoliberals of the value of the public and the community dimension, has shown its intrinsic fragility during the pandemic, as only countries that maintained a consistent public health system were able to face the serious consequences of the pandemic collectively and effectively. Finally, the culture of individualism, so insistently inoculated into our subjectivities by neoliberalism, has also collapsed in the face of the radical interdependence that the pandemic has shown to exist between all our individual acts and their community consequences. The pandemic has shown that we are all responsible for everyone and that my individual actions have a direct impact on others. This constitutive interdependence of the human is the thread that shows that individual rights are the unfolding of the obligations of our responsibility to others.

Keywords: Human rights. Neoliberalism. *Homo economicus*. Pandemic. Alterity

Introdução

Os direitos humanos têm que se confrontar com seu presente. Não é um discurso acabado, a modo de receita médica ou de formulações jurídicas que só tem que se aplicar de forma abstrata. Muito pelo contrário, os direitos humanos é um discurso sempre em construção, a partir das interpelações de cada presente. Em qualquer conjuntura, a referência ética que interpela a construção do discurso dos direitos humanos é a alteridade humana. Todas as novas formulações dos direitos humanos que ao longo dos tempos vierem a surgir haverão de ter como critério ético e político as interpelações da alteridade da vida humana em especial e da vida do planeta como contexto compreensivo da própria vida humana.

Nosso presente confronta-se com uma experiência inédita na história

da humanidade, qual seja a de estarmos sendo atingidos por uma pandemia, a pandemia do coronavírus, a Covid19, que colocou toda a humanidade num estado de alerta geral, assim como desencadeou um conjunto de situações críticas sobre as quais temos que nos debruçar criticamente, para desvendar nosso presente e desenhar um futuro mais humano.

Esta pandemia do coronavírus está colocando a humanidade perante muitos desafios de grande envergadura. Talvez estejamos sendo testemunhas de uma grande crise civilizatória, que está fazendo tremer os alicerces estruturais e culturais construídos pelo capitalismo nos últimos quatro séculos. Há muitas décadas que, desde diversas perspectivas do pensamento crítico dos direitos humanos, vinham se levantando vozes que alertavam sobre a insustentabilidade a médio e longo prazo deste modelo civilizatório baseado na acumulação indefinida de riqueza em poucos oligopólios, no consumo ilimitado, na descartabilidade das coisas em grande escala e na predação *ad infinitum* do planeta terra. Este modelo impôs a cultura do *homo economicus* como uma espécie de nova religião naturalizada. A cultura do *homo economicus*, muito mais que um projeto econômico ou político, tornou-se um modo de subjetivação através do qual as atuais gerações globalizam a cultura da mercantilização da vida e a descartabilidade econômica de tudo que se toca.

A chegada da pandemia como um evento imprevisível despiu o discurso do *homo economicus* da densa roupagem midiática que o globalizou como se fosse uma verdade natural. A pandemia mostrou a crua nudez das falácias do discurso do *homo economicus*, que foram ensinadas e impostas como se fossem verdades naturais do modelo neoliberal de vida. Este evento pandêmico caiu como um raio sobre alguns princípios da estratégia biopolítica da gestão econômica da vida no planeta.

De outro lado, a imprevisibilidade do evento pandêmico abre uma nova temporalidade, quase messiânica na leitura benjaminiana, em que, de repente, todo que era sólido se desmancha no ar e irrompem novas oportunidades para pensar outras formas-de-vida. O novo, que sempre está por vir, depende, inicialmente, da nossa capacidade de nos desfazer dos odres velhos que azedam a vida no planeta. Esta nova temporalidade interpela o discurso dos direitos humanos para apontar criticamente as injustiças que ficaram nuas neste tempo, e, concomitantemente, continuar a desenhar as grandes linhas civilizatórias que haverão de ser traçadas e percorridas num futuro próximo, sob pena de desembocarmos numa catástrofe civilizatória global de proporções imprevisíveis.

Dentre os vários princípios do *homo economicus* que a pandemia desconstruiu de modo vertiginoso podemos destacar: 1. A redução da vida a valor econômico; 2. A negação do público e do comum; 3. O indivíduo como

valor absoluto e a redução utilitarista da alteridade do outro à lógica do interesse próprio.

2. A redução da vida à economia.

O discurso do *homo economicus*, que embasa nosso modelo “civilizatório”, foi construído ao longo do último século dentro da matriz do liberalismo econômico tradicional, porém propondo algumas mudanças significativas dentro do mesmo. Pensadores muito importantes e influentes das atuais políticas econômicas do mundo como Milton Friedman², George Stigler³, Friedrich von Hayek⁴, Ludwig E. von Mises⁵, Gary Becker⁶, entre outros muitos, alguns deles prêmios Nobel de economia, construíram a filosofia do *homo economicus* como matriz cultural e distópica da doutrina econômica do chamado neoliberalismo. Estes pensadores tiveram e têm uma influência decisiva sobre a maioria dos modelos econômicos e políticos implementados no planeta desde, como mínimo, os anos 1970 até o presente. Muitos deles foram professores ou publicaram na universidade de Chicago, USA, onde se constituiu o principal foco irradiador deste pensamento do *homo economicus*. Não por acaso muitos dos ministros e gestores da economia em todo o mundo, incluindo muitos dos últimos ministros de economia do Brasil, como o atual, se formaram nessa universidade e importaram a filosofia do *homo economicus* como uma espécie de missão apostólica de salvação do mundo.

A filosofia do *homo economicus* propõe que todas as dimensões da vida humana podem e devem ser traduzidas em valor econômico. Para este modelo de subjetivação, tudo que fazemos na vida deve ser percebido como um investimento econômico para extrair rendimento. A vida humana é compreendida como um empreendimento econômico que deve rentabilizar cada

-
- 2 Dr. Filosofia. Professor Titular do Programa de Pós-Graduação Filosofia – UNISINOS. Coordenador Cátedra Unesco-Unisinos de Direitos Humanos e violência, governo e governança. Coordenador Grupo de Pesquisa CNPq Ética, biopolítica e alteridade. Cuide de si para melhor cuidar dos outros. castorbartolome@terra.com.br Cf. FRIEDMAN, Milton Friedman. *Capitalismo e liberdade*. Rio de Janeiro, Record, 1984.
 - 3 STIGLER, George. *The theory of price*. Londres: Macmillan Company, 1962.
 - 4 HAYEK, F. A. *The counter-revolution of science*. Nueva York: Free Press of Glencoe, 1955.
 - 5 MISES, Ludwig von. *Human action: a treatise on economics*. Alabama: The Ludwig von Mises Institute Auburn, 1998; Id. Algumas observações sobre praxeologia. *MISES: Revista interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia*, São Paulo (Instituto Ludwig von Mises), v. I, n. 1: jan.-jun. p. 21-26, 2013.
 - 6 Gary Becker (nascido em 1930): doutor em economia. (Universidade de Chicago, 1925), ensinou em Columbia até 1968 e volta a Chicago. Premio Nobel em 1992. BECKER, Gary. I. *Human Capital: A theoretical and empirical analysis with special reference to education*, Nova York, National Bureau of Economic Research, 1964; Id. Investment in human capital: a theoretical analysis. *Journal of Political Economy*, Chicago, v. 70 (5), parte 2, outubro, p. 9-49, 1962.

uma de suas facetas, seja na educação, nos afetos, nas amizades, nas habilidades e todos os demais aspectos vitais. Todos eles devem ser entendidos como oportunidade de interesse, negócio ou possibilidade de obter renda. A lógica das relações humanas do *homo economicus* é o cálculo utilitarista dos rendimentos⁷. A vida vale tanto quanto os benefícios ou rendimentos que dela podemos obter. O ideal é nos tornarmos empresários de nós mesmos, fazendo da vida um empreendimento, uma empresa. O modelo de vida do *homo economicus* é o empresário de si, que gerencia cada circunstância de sua vida como uma oportunidade de negócio.

O *homo economicus* é um empresário, e empresário de si mesmo. Essa coisa é tão verdadeira que, praticamente, o objeto de todas as análises que fazem os neoliberais será substituir, a cada instante, o *homo economicus* parceiro de troca por um *homo economicus* empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo um produtor, sendo para si mesmo uma fonte de sua renda⁸

O *homo economicus* aponta para a distopia final da mercantilização total da vida, tanto da vida humana quanto da vida do planeta. Para esta filosofia de vida, tudo é suscetível de ser tornar mercadoria e negócio, pois só na forma de mercadoria a vida será melhor gerida. Um dos aspectos mais grotescos da mercantilização da vida é proposto por esta filosofia do *homo economicus*, quando tenta reduzir toda a vida afetiva de uma pessoa a uma relação de negócios, em que o afeto que tenho por uma pessoa deve ser visto como investimento para obter retorno

Uma das grandes contribuições recentes da análise econômica [dos neoliberais] foi aplicar integralmente ao setor doméstico a quadro analítico tradicionalmente reservado à firma e ao consumidor. [...] Trata-se de fazer do casal uma unidade de produção no mesmo título que a firma clássica.[...] De fato, o que é um casal, senão a compromisso contratual de duas partes para fornecer *inputs* específicos e compartilhar em determinadas proporções os benefícios do *output* dos casais? Que sentido tem a contrato de longo prazo estabelecido entre pessoas que vivem juntas na forma matrimonial? O que a justifica economicamente, o que a funda? Pais bem, esse contrato de longo prazo entre esposos possibilita evitar renegociar a cada instante e sem parar as inúmeros contratos que deveriam ser firmados para fazer a vida doméstica funcionar. Passe-me a sal, eu te passo a pimenta. Esse tipo de negociação fica resolvido, de certo modo, por um contrato de longo prazo que é o próprio contrato de casamento, que permite fazer o que as neoliberais chamam - bem, acho alias que não são somente eles que chamam assim - de economia dos

7 Um estudo minucioso sobre a figura do *Homo economicus* foi realizado por FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

8 FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 311.

custos de transação⁹.

Estes princípios utilitaristas do *homo economicus* estão por trás das posturas negacionistas da pandemia de um conjunto de presidentes e governantes. Afirmam que a pandemia não é tão grave quanto o dano econômico que ocasionaria, ao parar a produção e o comércio para se proteger do vírus. A rigor, a negação do perigo da pandemia para a vida das pessoas não é invocado por estes governantes com argumentos médicos ou epidemiológicos. O argumento principal para negar a letalidade da pandemia é que ela pode ter um custo econômico superior ao valor das vidas que se perderão, caso a atividade econômica pare¹⁰. A política negacionista destes governantes deriva da sua convicção, quase religiosa, dos princípios do *homo economicus* de que o valor da vida humana deve ser ponderado na equação de custos – benefícios. Segundo essa lógica, a morte de um elevado número de pessoas se justifica moralmente pelo maior benefício que obteremos ao manter a economia funcionando. A economia não pode parar! Esta máxima, repetida à exaustão em muitos países, espelha um dos princípios básicos do *homo economicus*: o valor da vida humana é relativo ao seu rendimento e utilidade econômica. A política negacionista da pandemia, que até o momento presente muitos governantes continuam a pregar, tem como pressuposto filosófico os princípios do *homo economicus* de que a vida humana tem um valor relativo ao custo econômico de sua manutenção. Caso a conservação de vidas humanas tenha um custo econômico superior à sua morte, o gestor deverá entender que o sacrifício dessas vidas é o mal menor necessário para que outros vivam com melhor qualidade de vida.

Estes são os pressupostos que legitimam a tanatopolítica do *homo economicus* como uma política eficiente de resultados. A biopolítica da gestão produtiva da vida, própria do neoliberalismo, tornou-se, de modo inescrupuloso, numa tanatopolítica legitimada pelo princípio dos resultados econômicos¹¹. A pandemia revelou as vergonhas mais imorais contidas no discurso do

9 *Idem, ibidem*. p. 336-337. Também cf. HENRI, Lepage. *Demain ie capitalisme*, Librairie Generale Française, 1978, p. 346.

10 BELLINGHINI, Ruth Helena. *Novo coronavírus e a falácia dos negacionistas: 'Morreu, mas era idoso e tinha diabetes'*. In: *EcoDebate*, ISSN 2446-9394, 30/03/2020. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2020/03/30/novo-coronavirus-e-a-falacia-dos-negacionistas-morreu-mas-era-idoso-e-tinha-diabetes/>. Acesso em: 15 jun. 2020.

11 Achile Mbembe utiliza o conceito de necropolítica como tanatopolítica “Demonstrei que a noção de biopoder é insuficiente para explicar as formas contemporâneas de subjugação da vida ao poder da morte. Além disso, propus a noção de necropolítica e necropoder para explicar as várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, armas de fogo são implantadas no interesse da destruição máxima de pessoas e da criação de “mundos de morte”, formas novas e únicas da existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de “mortos-vivos”. MBEMBE, A. *Necropolítica*. 2016, p. 146. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>. Acesso em: 15 abr. 2020.

homo economicus, ao propor, muitos de seus pregadores, o sacrifício calculado de milhares de vidas humanas para que o produto interior bruto (PIB) não diminua. A pandemia mostrou como a filosofia do *homo economicus* coloca a vida humana a serviço da economia, ou seja, da lucratividade dos negócios e não ao contrário, legitimando, inclusive, a tanatopolítica como uma gestão eficiente de recursos escassos¹².

Concomitantemente, a pandemia, além de escancarar a hipocrisia moral contida nos argumentos do *homo economicus*, vem mostrando a inutilidade desses princípios economicistas perante o avanço inexorável da contaminação em grande escala e do crescimento geométrico das mortes em todos aqueles países e regiões que adotaram o negacionismo como princípio e a economia como fim em si mesma. Na prática, muitos desses governantes, como Boris Johnson, primeiro ministro da Inglaterra, tiveram que recuar de sua pregação, quando eles mesmos foram internados em estado grave pelo coronavírus.

3. A negação do público e do comum

A filosofia do *homo economicus* considera que a dimensão pública da vida humana, assim como suas formas comunitárias de organização, é uma invenção ideológica do socialismo. Elas seriam ineficientes na gestão e seriam um lastro econômico deficitário. Por fim, tanto a dimensão pública quanto o comum são considerados quase uma aberração antinatural da economia e das relações sociais¹³. A filosofia do *homo economicus* pensa que, por exemplo, a saúde, a educação, alimentação, etc., não podem ser considerados direitos humanos ou direitos fundamentais. Estes aspectos, como todos os demais da vida humana, devem entrar na lógica do mercado e serem administrados pela racionalidade do lucro, que permitirá uma melhor gestão, evitando o desperdício de dinheiro público. Na racionalidade do *homo economicus*, há que privatizar todas as formas comunitárias, assim como todo o que for público deve ser desmontado e reduzido na sua mínima expressão, deixando à iniciativa privada a gestão de tudo. O *homo economicus* tem uma fé cega na capacidade natural do indivíduo como empreendedor e na sua motivação do interesse próprio, com sua consequente aspiração a maximizar o lucro, como motores naturais para impulsionar e gerenciar com eficiência todas as esferas da vida pública e social. Nada deve impedir a expansão do interesse próprio inerente ao *homo economicus*. A verdadeira liberdade é a liberdade de negócios.

12 Combate Racismo Ambiental. “Um debate com Mbembe e a tese de necropolítica em tempos de pandemia” 19 de maio, 2020. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2020/05/19/um-debate-com-mbembe-e-a-tese-de-necropolitica-em-tempos-de-pandemia/>. Acesso em: 14 abr. 2020.

13 HAYEK, Friedrich. *O caminho para a servidão*. Lisboa, Edições 70, 2009, p. 130

Certamente que a saúde é um desses âmbitos da vida humana que, para o *homo economicus*, deve estar exclusivamente regido pela lógica do interesse particular e entregue à iniciativa privada¹⁴. Segundo essa lógica, cada um deve cuidar de sua saúde como um investimento em si mesmo, e para tanto deve investir no plano de saúde. A saúde não é um direito, senão uma mercadoria. Por sua vez, a gestão da saúde deve ser uma lógica de mercado. Quem puder pagar, terá os benefícios e quem não pagar não tem porque ter direito àquilo que não é capaz de conseguir por si mesmo¹⁵.

A pandemia caiu como um raio sobre estes axiomas do *homo economicus*. A pandemia mostrou a ineficácia da iniciativa privada para enfrentar de forma global e em ampla escala um problema de saúde pública tão abrangente. Algumas minorias privilegiadas que têm seus bons planos de saúde sentem-se protegidas individualmente, enquanto pensam que o abandono daqueles que não podem pagar a saúde é uma consequência natural da livre concorrência, que não devemos impedir. Mas essa atitude egoísta também mostra a ignorância de quanto o individualismo é ineficaz perante a pandemia. Não é suficiente que alguns tenham plano de saúde, a pandemia atinge a todos enquanto todos não sejamos capazes de enfrenta-la de modo coletivo. Por ironia do destino ou destino da pandemia, em muitos lugares como o Brasil, o primeiro foco da pandemia se registrou entre as elites ricas, porque eles viajaram de avião aos países infectados, como China e Itália, tornando-se o alvo central da pandemia e o foco de sua irradiação.

A pandemia está mostrando que a única maneira de enfrentarmos problemas e desafios globais é de forma coletiva. Para tanto, só um bom serviço público de saúde pode conseguir frear em grande escala os efeitos da pandemia¹⁶. Por isso, resulta paradoxal ver como, de repente, muitos dos líderes mundiais do neoliberalismo se tornaram grandes defensores do sistema público de saúde, a começar pelo Brasil. Muitos governos neoliberais que pretendiam simplesmente esvaziar ou até acabar com o sistema público de saúde por considerá-lo uma aberração ideológica, estão sendo obrigados pela pandemia a reforçar o sistema público de saúde como a única e melhor alternativa possível para evitar

14 HAYEK, Friedrich. *Os fundamentos da liberdade*. Goiânia: Ed. Visão, 1983, p. 364.

15 FUMAGALLI, Andrea. *Bioeconomia y capitalismo cognitivo*. Madri: Traficantes de Sueños. 2010.

16 “Essa epidemia apagou para sempre a ilusão de que a economia capitalista possa prescindir do Estado. Não sabemos, no entanto, se essa lição será suficiente. A crise financeira de 2008 já havia deixado claro que o capitalismo financeiro era estruturalmente instável, mas depois de mais de dez anos não parece que tenham se tirado as devidas consequências. A pergunta que devemos nos fazer, porém, é a seguinte: de que Estado precisamos?” FUMAGALLI, Andrea, *Entrevista*. IHU, 20 de abril, 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/598409-enfrentamento-da-pandemia-requer-um-estado-que-crie-condicoes-de-bem-estar-e-a-reapropriacao-coletiva-dos-bens-comuns-entrevista-especial-com-andrea-fumagalli>. Acesso em: 15 mai. 2020.

uma tragédia monumental de mortes em grande escala¹⁷.

Talvez um dos exemplos mais paradoxais impostos pela pandemia como lição moral e política seja o momento em que o primeiro ministro da Inglaterra, Boris Johnson, saiu recuperado do hospital público e agradeceu ao sistema público de saúde, que lhe salvou a vida, e elogiou a importância do sistema público de saúde nestes momentos. Talvez faltou complementar que várias das enfermeiras que lhe atenderam eram estrangeiras, já que ele que tem uma política para expulsão compulsória dos estrangeiros.

De repente, na pandemia, irrompeu imprevisivelmente a importância do público, do comum, como a única ou a melhor alternativa para enfrentarmos esta ameaça global. Concomitantemente, vemos como os principais apóstolos do *homo economicus* abandonam suas crenças dogmáticas neoliberais e adotam como única solução possível em tempos de pandemia o reforço do serviço público de saúde e as formas comunitárias de enfrentar a pandemia.

Mas a pandemia também mostrou as falácias de outros muitos dogmas econômicos da doutrina do *homo economicus* quando observamos que os líderes neoliberais do mundo optaram por injetar dinheiro público em quantidades gigantescas, como nunca antes na história da humanidade, para reforçar as empresas privadas. Ou seja, enquanto nos tempos de bonança econômica se prega a livre iniciativa para gerar lucro nos negócios privados, em tempos de crise esse princípio do mercado neoliberal é deixado de lado e se apela ao dinheiro público como a única solução capaz de socorrer o agora denominado tecido produtivo. Na época de pandemia, como nas outras grandes crises, se afirma que as empresas também são um patrimônio comunitário e cumprem uma função social que não se pode deixar morrer. De repente, em época de pandemia, como em outras grandes crises, se abandona a doutrina do liberalismo econômico e se apela para o socorro público como única solução.

De igual forma, os governos neoliberais, totalmente contrários às políticas sociais por considerá-las a negação dos princípios fundadores da livre iniciativa do *homo economicus*, em tempos de pandemia decidiram, inclusive, implementar uma espécie de “renda universal mínima” para todos os que não conseguem sequer ter o mínimo para se sustentar nos tempos de pandemia. A renda mínima universal é uma das reivindicações mais importantes das últimas décadas, proposta pelos movimentos sociais como alternativa solidária contra a exclusão social. Até agora era considerada uma iniciativa de caráter socialista e inaceitável para os princípios neoliberais. Mais uma vez, a pandemia não só está despindo o *homo economicus* de suas roupagens falaciosas,

17 Entre os economistas que defendem uma economia sustentável, seguindo os princípios das necessidades coletivas e não do consumo infinito, cf. GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. *The entropy law and the economic process*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1971.

senão que está mostrando a viabilidade de alternativas políticas de caráter solidário, quando há vontade política¹⁸.

4. O indivíduo como valor absoluto e a redução utilitarista da alteridade

Um terceiro aspecto que a pandemia está evidenciando ser falacioso é o axioma do *homo economicus* de que o indivíduo tem um valor absoluto, sendo a relação com o outro um desdobramento utilitário do interesse individual. Este princípio antropológico do *homo economicus* tem solidificado a cultura do individualismo como sendo o modo natural de existirmos no atual momento. O individualismo do *homo economicus* prega que a natureza individual está essencialmente eivada pelo impulso do interesse próprio que inevitavelmente nos lançaria a entender o outro como um apêndice útil para minha sobrevivência. O modo de subjetivação individualista tem penetrado capilarmente em quase todas as dimensões da vida humana de nossas sociedades contemporâneas, ao extremo de considerarmos absolutamente natural esta visão do 'in-divíduo' como sendo o indivisível de nós mesmos. Percebemos, antes de tudo, como indivíduos, e os outros são satélites mais ou menos necessários para meu eu. Esta cultura individualista penetrou capilarmente no âmago da alma contemporânea, incapacitando-nos para entender que seja possível uma outra forma de subjetivação que não o individualismo.

O individualismo pregado pelo modelo do *homo economicus* sustenta que cada indivíduo deve ter a capacidade de solucionar individualmente seus problemas. "O *homo economicus* é aquele que obedece ao seu interesse"¹⁹. É a capacidade individual que possibilita a ascensão social. O outro é sempre uma oportunidade para o interesse individual. Desta forma, o outro é alguém de quem posso tirar proveito, ou alguém com que posso me beneficiar. Em qualquer caso, na relação como o outro há sempre uma dimensão de cálculo utilitarista. Em última instância, o indivíduo é o único responsável de si mesmo e por tudo que ele conseguir ser. De igual modo, a sociedade é o resultado das decisões individuais. A maximização do progresso econômico e social se consegue, por sua vez, através do equilíbrio natural dos egoísmos individuais²⁰.

18 FUMAGALLI, Andrea. *Economia política do Comum*. Exploração e subsunção no capitalismo biocognitivo. Roma: Derive Approdi, dezembro de 2017. Entre os economistas que defendem a viabilidade da renda mínima universal destaca-se Joseph Stiglitz, prêmio Nobel de economia em 2001. STIGLITZ, Joseph E. A neoclassical analysis of the economics of natural resources. In: SMITH, Vincent Kerry. Scarcity and growth reconsidered. John Hopkins University Press, 1979, p. 36-66.

19 FOUCAULT, Michel. *Op. cit.*, p. 369.

20 "O que é adquirido por um tem de ser tirado do outro; só é possível enriquecer a custa dos outros. Em outras pala-

A falácia individualista de nossa cultura há tempo que foi mostrada pelos pensadores da alteridade, uma vez que o indivíduo que nós pensamos ser nada mais é que o resultado da complexa rede de relações que mantivemos ao longo de nossa existência com os outros. Não existe um 'in-dividuo' indivisível! Somos o resultado das interações com os outros. Constituímo-nos através de um processo de subjetivação em que os outros são condição necessária para nossa subjetividade. O processo de subjetivação do eu humano só é possível pela relação com os outros. O outro não é um apêndice do eu, como pensa o individualismo. O outro me constitui no modo como eu sou. O outro é condição necessária para ser o que eu sou, permanecendo em mim como parte de mim mesmo no modo como eu sou. Dentro de cada um de nós coexistem parte do pai, a mãe, irmãos, amigos, professores, convivências, relações que tivemos ou não ao longo de nossa existência. Nosso eu é mais um caleidoscópio resultado das relações com os outros, que se costura de modo complexo ao longo dos processos de subjetivação.

A pandemia também desconstruiu muitas das falácias do individualismo do *homo economicus*. A pandemia está nos indicando que somos absolutamente interdependentes uns dos outros. A atitude individual tem uma imediata repercussão nos outros. Nestes tempos de pandemia vivemos a mais capilar interdependência em escala planetária que jamais se experimentou na história da humanidade. Poderíamos dizer que a pandemia nos mostrou que a fraternidade é muito mais que um ideal ético, é uma dimensão antropológica através da qual estamos inexoravelmente interligados uns com os outros.

Essa interdependência tem muitas faces. A primeira mostra que são estéreis as atitudes individualistas como solução egocêntrica para um problema global de grandes dimensões. Ninguém consegue solucionar o problema da pandemia para si mesmo nem por si mesmo. Só é possível enfrentarmos a pandemia de forma coletiva, com atitudes coletivas e de modo comunitário. A dimensão comunitária é essencial para conseguirmos enfrentar problemas globais de grande magnitude como a atual pandemia. O individualismo fica desmascarado pela pandemia como uma falácia cultural estéril.

Um segundo aspecto da radical interdependência que temos uns dos outros aparece nas consequências imediatas e em grande escala dos meus atos pessoais. Um acontecimento ocorrido numa remota região central da China, em poucos meses, colocou o planeta inteiro numa crise sem precedentes. De igual forma, a minha atitude pessoal em relação à pandemia não me afeta só a mim, pois o que eu fizer pode ou não contribuir para contaminar

vas, para os mercantilistas – e esse, a meu ver, um ponto importante –, o jogo econômico é um jogo de resultado nulo. E é um jogo de resultado nulo simplesmente por causa da concepção e da prática, por sinal monetarista do mercantilismo.” FOUCAULT, Michel. *Op. cit.*, p. 73

a muitos outros e talvez levá-los à morte. A pandemia espelha nossa interdependência radical de seres humanos, cuja existência, nestas circunstâncias, depende muito da atitude que outros tomem sobre si mesmos.

A máxima da pandemia *cuide de si para melhor cuidar dos outros*, é a inversão do dogma do *homo economicus*: cuide de si aproveitando-se dos outros. Na pandemia ninguém pode pensar em tirar vantagem própria só cuidando de si, pois cada um de nós depende muito do comportamento dos outros. A pandemia evidenciou o princípio da responsabilidade coletiva que todos temos em relação aos demais.

A pandemia está colocando em crise nosso modelo civilizatório. Por isso, talvez seja uma das raras oportunidades que a humanidade recebeu para pensarmos a necessidade de modificar estrutural e culturalmente o atual modelo de capitalismo predador e egocêntrico. Todo aponta que se não formos capazes de modificar em curto prazo este modelo insustentável de utilitarismo tanatopolítico da vida, estão por vir novas e grandes crises, esta vez de caráter ecológico, que talvez nem consigamos dar uma resposta tão eficiente. Estamos perante um tempo único, um tempo oportuno, para implementar transformações radicais na nossa forma-de-vida. É um tempo de reciclar os odres velhos que negam o valor da vida e pensar responsabilidade coletiva de novas formas-de-vida.

5. Conclusão

Historicamente, o discurso dos direitos humanos tem sido um espaço político de enfrentamento à mercantilização da vida, evitando ser reduzida a mero valor econômico. Temos que destacar as vitórias políticas que representam os diversos tratados de direitos humanos assinados pelos Estados, em que a vida humana e tudo o que condiz para sua preservação e dignidade torna-se critério ético-jurídico fundamental que não pode ser instrumentalizado. Assim, ao menos desde uma perspectiva forma os tratados de direitos humanos como o Pacto Internacional de Direitos Cíveis e Políticos da ONU (PIDCP)²¹ e o Pacto de San José de Costa Rica (CADH)²² recolhem a obrigação pública dos Estados em garantir a vida como direito fundamental e todo o que a essa obrigação for necessário para defendê-la.

A experiência histórica é que embora seja importante a formulação

21 Pacto Internacional de Direitos Cíveis e Políticos da ONU, ratificado pelo Brasil e internalizado pelo Decreto nº 592/1992. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm. Acesso 14 de junho de 2020

22 Convenção Americana de Direitos Humanos da OEA, ratificada pelo Brasil e internalizada pelo Decreto 678/92. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0678.htm. Acesso em: 14 jun. 2020

jurídica dos direitos humanos, ela não é suficiente para que sejam implementados, principalmente os direitos sociais fundamentais que atingem a dignidade da vida humana. O discurso neoliberal tem minado o valor da vida humana como princípio reitor da política e da economia, inclusive conseguindo inverter seu sentido através da lógica biopolítica que torna a vida humana um insumo produtivo ou descartável. Enquanto se mantém a vigência jurídica dos pactos dos direitos fundamentais, estes são esvaziados de sentido tornando-os uma vigência sem significado.

A pandemia está desmascarando as falácias dos principais argumentos legitimadores do discurso do *homo economicus*, que contribuía para legitimar socialmente o esvaziamento dos direitos em prol de uma eficácia econômica necessária. O embate discursivo continua aberto. Governos ultraliberais, como o de Donald Trump (EUA) e de Bolsonaro (Brasil) estão investindo na estratégia de esvaziar algumas instituições internacionais que durante décadas foram garantidoras formais das principais reivindicações dos direitos humanos. Por sua vez, a pandemia está mostrando a fragilidade e inumanidade das estratégias destes governos na defesa da vida humana, uma vez que o índice de mortes, por salvar a economia, é quase catastrófico. O futuro está aberto, a disputa de sentido pelo valor político da vida humana continua a ser um campo conflagrado entre quem a defende como valor fundamental e quem a concebe como insumo produtivo. Este é o horizonte de nosso presente que questiona a prática dos direitos humanos.

